A BARBÁRIE MODERNA DO AGRONEGÓCIO-LATIFUNDIÁRIO-EXPORTADOR E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS[1]

THE MODERN BARBARITY OF AGRIBUSINESS- LARGE ESTATE - EXPORTER AND ITS SOCIAL AND AMBIENT IMPLICATIONS

LA BARBARIDAD MODERNA DEL AGRIBUSINESS-LATIFUNDISTA-EXPORTADOR Y SUS IMPLICACIONES SOCIALES Y AMBIENTALES

Rodrigo Simão Camacho
Licenciado em Geografia pela UFMS/Campus de Três Lagoas.
Mestre em Geografia pela UFMS/Campus de Aquidauana.
Doutorando em Geografia pela UNESP/Campus de Presidente Prudente
Membro do Grupo de pesquisa Nera. Bolsista Fapesp
rogeo@ymail.com

Resumo: O modelo agrário/agrícola nacional, dominado pelo capital nacional e internacional, baseado no latifúndio, na monocultura e na exportação, traz conseqüências negativas sociais e ambientais. Por isso, esse modelo representa, contraditoriamente, ao mesmo tempo a Barbárie e a Modernidade. Neste sentido, a alternativa contrária a esse modelo está na construção de uma reforma agrária que permita a produção da agricultura camponesa e de todos os povos do campo de maneira plena, pois estes mantêm uma relação equilibrada com a natureza, produzem cultura no campo e cumprem um papel importante na produção de alimentos saudáveis para toda a população.

Palavras-chave: agronegócio, agrocombustíveis, impactos socioambientais, latifúndio, agricultura camponesa.

Abstract: The agrarian/agricultural national model, dominated for the national and international capital, based on large estate, monoculture and exportation, brings social and environmental negative consequences. Therefore, this model, contradictorily, represents at the same time the Barbarianism and Modernity. In this direction, the alternative to this model is the construction of an agrarian reform that allows the production of peasant and all the country peoples' agriculture in full way, once they keep a balanced relation with the nature, produce culture in countryside and fulfills an important role in the health food production for all the population.

Keywords: agribusiness, agro-fuel, social and ambient impacts, large estate, peasant agriculture**.**

[1] Este texto é parte integrante da Dissertação de Mestrado, concluída em Abril de 2008 pelo curso de Pós-Graduação em Geografia da UFMS/Campus de Aquidauana. Sendo que para sua publicação como artigo sofreu alterações em relação ao original. Para quem quiser aprofundar sobre esta temática veja a nossa publicação intitulada: "A Barbárie Moderna do Agronegócio *versus* a Agricultura Camponesa: Implicações Sociais e Ambientais". Publicado na Revista *Geographos*, 2012.

Resumen: El modelo agrario/agrícola nacional, dominado por el capital nacional e internacional, basado en el latifundio, el monocultivo y la exportación, trae consecuencias negativas sociales y ambientales. Por lo tanto, este modelo representa, contradictorio, al mismo tiempo la barbaridad y la modernidad. En esta dirección, la alternativa contraria a este modelo está en la construcción de una reforma agraria que permita a la producción de la agricultura campesina y a toda la gente del campo por completo, por lo tanto éstos mantienen una relación balanceada con la naturaleza, producen la cultura en el campo y satisfacen a un papel importante en la producción alimentaría saludable para toda la población.

Palabras llave: agronegocio, agro-combustibles, impactos sociales y ambientales, latifundio, agricultura campesina.

Introdução

Partindo do pressuposto de que a ciência não é neutra, devemos construir um debate profícuo na perspectiva teórica, política e ideológica a fim de revelar as diferenças acerca do modelo de sociedade que queremos construir. Dentro dessa lógica, existem duas realidades distintas no campo: uma é a realidade do agronegócio e a outra é a realidade dos povos do campo e da floresta. Sendo assim, pretendemos nesse nosso debate, desconstruir o discurso da ideologia neoliberal que busca colocar o agronegócio como sendo o modelo agropecuário viável para a nossa sociedade.

Existe a necessidade de refletirmos a respeito das conseqüências negativas existentes nas relações entre sociedade e natureza que estão subordinadas ao modo de produção capitalista. Pois, este modo de produção possui como essência a exploração do trabalho para a produção/reprodução, acúmulo e centralização do capital. Suas conseqüências podem ser visualizadas na degradação ambiental, no êxodo rural, na segregação socioespacial, na miserabilidade, na fome, na violência, no desemprego, etc. Logo, a única alternativa viável é a ruptura com as estruturas estabelecidas.

A relação entre monocultura e latifúndio tem formado uma combinação impactante socioambientalmente. Tendo como principais cultivos a cana, a soja e o eucalipto, os agroecossistemas simplificados do agronegócio requerem a utilização cada vez maior de agroquímicos para combater pragas e garantir a produtividade, ocasionando grandes impactos a nossa sociobiodiversidade.

Destacamos a produção de impactos socioambientais e destruição da sociobiodiversidade por parte do agronegócio, porque além da destruição ambiental o agronegócio interrompe o processo humano de produção da cultura popular, pois des(re)territorializa os sujeitos produtores desta cultura no campo. Nos territórios onde o agronegócio se territorializou, são os territórios onde não existe a produção da cultura popular que a agri-cultura camponesa propicia, como as festas juninas que comemoram tradicionalmente as colheitas. Pois, o agri-negócio não produz cultura, somente capital, por isso que não existem festas populares onde o capital se territorializou (GONÇALVES, 2004). Logo, o agronegócio é predador da sociobiodiversidade.

Estamos no início de uma nova fase de produção de energia no Brasil, a dos agrocombustíveis, ou seja, a energia produzida a partir das plantas. Nesta perspectiva, o agronegócio no Brasil tem intensificado a monocultura dessas plantas. O Brasil, enquanto país tropical tem sido um dos maiores produtores mundiais, principalmente da cana. Essa combinação monocultura-agrocombustíveis-latifúndio, além da exclusão/expropriação dos povos do campo, e dos danos ambientais, tem sido um dos causadores do encarecimento de alimentos, atingindo as populações com menos recursos financeiros.

O agronegócio-latifundiário-exportador tem sido considerado como símbolo da modernidade no campo, mas esconde por trás da aparência moderna, a barbárie da exclusão social e expropriação dos povos do campo que sua concentração de terra e de renda provoca. Por isso, defendemos a agricultura camponesa e a dos povos tradicionais do campo por entender que estes possuem uma relação de equilíbrio com a natureza, fruto de sua prática da policultura orgânica, e porque estes entendem a produção de alimentos como requisito principal, pois visam a transformação da natureza, primordialmente, como forma de sobrevivência e não como forma mercadológica de produção de capital.

O modelo agrário/agrícola brasileiro e suas conseqüências socioambientais

> [...] transgênicos, produtos, orgânicos, vaca louca, Monsanto, Via Campesina, McDonald's, José Bové, gripe do frango, agronegócio, zapatistas, agroecologia, MST fazem parte de uma mesma tensão contraditória em que se debate o futuro da humanidade. (GONÇALVES, 2004: 243).

Para Gonçalves, o atual modelo agrário/agrícola nacional está ancorado em dois pilares básicos: "[...] (1) no uso de um modo de produção de conhecimento próprio do capital que se traduz na supervalorização da ciência das técnicas ocidentais (que se querem universais); e (2) na expansão das terras cultivadas, sobretudo em regiões onde as terras são baratas". (GONÇALVES, 2004: 224).

Concordamos com Oliveira (2003) que o agronegócio é a contradição, "barbárie e modernidade", isso significa dizer que esse modelo agrário-agrícola nacional apresenta uma roupagem moderna de alta produtividade (que na verdade é mentira, pois quem mais produz é a pequena propriedade), tecnologia avançada, produtor de divisas, etc. Por outro lado, esconde, ideologicamente, suas raízes intrinsecamente ligadas ao modelo latifundiário colonial nacional de *plantations* e, logo, a sua exclusão social e degradação ambiental como continuidade. Daí a expressão "moderno-colonial" utilizada por Gonçalves para explicar as relações capitalistas ditas modernas nos países subdesenvolvidos.

A estrutura desse modelo agrário-agrícola nacional é a aliança entre o capital nacional e o capital internacional: capitalistas proprietários de terra, o capital financeiro internacional, capital industrial agroquímico e o capital comercial. Vejamos a explicação de Gonçalves:

> [...] esse modelo agrário-agrícola analisado, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte oligárquica entre: (1) as grandes corporações financeiras internacionais; (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes; (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias; e (4) os grandes latifúndios exportadores de grãos. Esses *latifúndios* produtivos são, *mutatis mutandis*, tão modernos como o foram as grandes fazendas e seus engenhos de produção da principal *commodity* dos séculos XVI e XVII: a cana-de-açúcar, no Brasil e nas Antilhas. À época não havia nada de mais moderno. A modernidade bem vale uma missa! (2004: 227).

Dessa forma, o agronegócio brasileiro é o capitalismo globalizado no campo em forma de latifúndio, fruto da internacionalização da economia brasileira. Houve assim, a união dos capitalistas latifundiários exportadores nacionais e as empresas transnacionais que controlam o mercado agrícola mundial, o resultado é o agronegócio. Nas palavras de Stedile:

> Agronegócio é neoliberalismo da agricultura.
> Esse modelo neoliberal teve a sua amplitude também na agricultura. Selou-se uma aliança subordinada entre os grandes fazendeiros, os capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria. O filhote desse matrimônio chamou-se agronegócio. [...]. (2006a: 17).

Nesse comércio globalizado temos dez empresas transnacionais que controlam todo o mercado do setor de agronegócio. Segundo Stedile (2006a: 17): "[...] Monsanto, Bunge, Cargil, ADM, Basf, Bayer, Sygenta, Novartis, Nestlé e Danone, controlam praticamente toda a produção agrícola, de agrotóxicos, de sementes transgênicas e o comércio agrícola de exportação".

Corroborando nesta análise Gorender afirma que existe uma participação política do Estado em benefício dessas empresas imperialistas. É, pois, "[...] uma política conjugada com interesse da indústria de equipamentos e de insumos agrícolas e com indústria transformadora das matérias-primas agrícolas, setores nos quais predominam amplamente as grandes multinacionais imperialistas. [...]". (2002: 37).

Conforme nos explica Stedile (2006a), apesar de a palavra agronegócio significar qualquer operação comercial de produtos agrícolas, no Brasil, esse conceito ganhou uma nova significação, está relacionado com a implantação de um modelo de produção agrícola que, por sua vez, é fruto de uma aliança com o capital agropecuário internacional representado pela Associação Brasileira de Agribusiness. Seu fundador foi um grande produtor de cana, laranja e soja chamado Roberto Rodrigues.

São características marcantes desse modelo de produção denominado de agronegócio, o latifúndio mecanizado e o uso de agrotóxicos que movimentam o mercado das transnacionais produtoras desses insumos agrícolas (STEDILE, 2006a). Como nas tradicionais "plantations" coloniais, o agronegócio baseia – se na tríade: latifúndio, monocultura e exportação.

Nesta perspectiva, os impactos socioambientais causados por este modelo de produção agrícola, são notáveis na sociedade brasileira. Tendo em vista que o aumento da concentração fundiária, característica inerente ao modelo de produção do agronegócio, expulsa os camponeses de suas terras, causando o êxodo rural. Corroborando nesta análise, Stedile afirma que: "[...] a concentração da propriedade da

terra continuou aumentando. Eles acumularam nestes últimos anos mais de 30 milhões de hectares, somente nas fazendas acima de 1.000 hectares [...]". (2006a: 17).

Do outro lado, também, a mecanização da produção, outra característica intrínseca ao processo, retira as possibilidades de emprego no campo. Por isso, segundo Stedile: "[...] no ano passado, 300.000 assalariados rurais perderam o emprego no campo e foram para a cidade [...]". (2006a: 17). Gerando como conseqüência a diminuição da população do campo que, conseqüentemente, acarreta os problemas urbanos como: a exclusão social na cidade, o desemprego, a segregação socioespacial e a violência urbana.

Ao contrário do que se pensa o uso das sementes transgênicas não está diretamente associada ao aumento da produtividade, mas sim, a diminuição de custos com mão-de-obra devido à possibilidade de não precisar combater as pragas e as facilidades de semeadura. O resultado disso é a produção de uma agricultura sem agricultores, pois se necessita de menos empregos no campo, elevando-se o êxodo rural e todas as conseqüências negativas deste processo. Assim, os transgênicos, além de serem uma forma degradante ambientalmente de produção, porque gera a erosão genética, também acarretam o desemprego no campo, como explica Gonçalves:

> [...] Trata-se, portanto, de uma técnica que acentua a tendência a uma agricultura sem agricultores, agravando problemas num momento em que o novo padrão de poder proporciona pelas novas tecnologias também não emprega tanta gente nas cidades e suas periferias, como o fazia à época da desruralização européia e estadunidense. (2004: 227).

A monocultura, outra marca do agronegócio, fragiliza a biodiversidade, colaborando no aumento de pragas devido à homogeneização do ecossistema e, sobretudo, coloca em risco a segurança alimentar já que se produz para exportar estimulando produções que nem sequer se destinam a alimentação. E, por último, o uso de agrotóxicos que polui o solo e a água aumentando a degradação ambiental. Nas palavras de Stedile (2006: 17):

> [...] Essa é a formula de competitividade de nossos sábios empresários agrícolas: apropriação de grandes extensões de terra para aumentar escala combinada com os mais baixos salários da agricultura capitalista do mundo. Suas técnicas agridem o meio ambiente. O uso intensivo de agrotóxicos aplicados

> irresponsavelmente, combinado com monocultura, destrói a biodiversidade e compromete os recursos naturais para as gerações futuras.

Nesse sentido, Gonçalves (2004) afirma que esses agroecossistemas produzidos pelo agronegócio comprometem a biodiversidade, pois a monocultura simplifica ao extremo as relações naturais existentes, necessitando de uma grande quantidade de insumos externos, como adubos e agrotóxicos para que a produção possa acontecer. Pois, a dependência de alguns poucos cultivadores, torna esses agroecossistemas vulneráveis a pragas e às variações climáticas.

Essa relação se torna ainda mais delicada quando verificamos que esses agroecossistemas estão sendo implantados no Brasil e no restante dos países tropicais tendo como base uma racionalidade científica européia, cujo clima é temperado e não o tropical. Por isso, necessitaríamos outra racionalidade técnica-científica para produção em países tropicais, pois nesses lugares os impactos se tornam mais violentos que nos países de clima temperado que tem uma menor quantidade de energia solar envolvida no processo e onde a diversidade biológica é menos intensa (GONÇALVES, 2004).

É necessário sabermos que a implantação dos agroecossistemas simplificados não responde da mesma forma em biomas distintos. Todavia, nossa ciência eurocêntrica tenta, ideologicamente, homogeneizar esses ecossistemas por interesses de exploração da nossa biodiversidade, reduzindo a complexidade desses sistemas naturais tropicais. Relação esta que se estabelece desde a época colonial.

> São graves as conseqüências que se avizinham com a expansão para novas áreas de uma lógica mercantil que reduz a complexidade dos ecossistemas e de múltiplas culturas a agroecossistemas simplificados com os monocultivos de soja, milho, girassol, algodão, eucalipto e *pinnus*. Atente-se ainda, para o fato de os diferentes biomas do planeta não respondem da mesma forma às ações que sobre eles se fazem. A complexidade da dinâmica de matéria e energia das regiões tropicais, sabidamente menos conhecida pela ciência ocidental, com freqüência vê todo um sistema técnico-agrícola pensando a partir de uma ciência natural desenvolvida a partir de dinâmicas mais simplificadas das regiões frias e temperadas ser arrogantemente transplantando, com conseqüências socioambientais danosas. (GONÇALVES, 2004: 230).

Devido à fragilidade desses agroecossistemas se faz necessário o uso cada vez maior de insumos industriais, como os fertilizantes. É notável como vem aumentando a

quantidade do uso desses insumos ao longo do tempo. Esse aumento é alvo de críticas por parte de entidades preocupadas com o bem-estar das pessoas e do meio-ambiente no campo.

> A expansão exponencial do uso de adubos e fertilizantes, herbicidas, pesticidas, e fungicidas vem sendo há décadas objeto de intensas críticas de ambientalistas de órgãos ligadas à saúde e de sindicatos de trabalhadores, sobretudo rurais. Nos últimos cinqüenta anos, enquanto a produção de grãos aumentou três vezes, o uso de fertilizantes foi multiplicado simplesmente catorze vezes, segundo dados da FAO. Assim, a relação entre produção de grãos e uso de fertilizantes caiu de 42 toneladas para 13 toneladas de grãos por cada tonelada de fertilizante usada entre 1950 e 2000. Uma queda significativa! (GONÇALVES, 2004: 225).

Esses insumos agroquímicos não ofendem somente a natureza, mas atingem diretamente a saúde dos moradores e/ou trabalhadores do campo. Neste sentido, Gonçalves nos relata que até o desfolhante químico é usado no preparo da terra nos agroecossistemas.

> Ainda recentemente, em novembro de 2002, pudemos constatar no preparo da terra para o cultivo de grãos na região do Bico do Papagaio, entre o Maranhão e o Tocantins, lançamento, por avião, do desfolhante químico conhecido como agente laranja, de triste memória pelo seu amplo uso na guerra do Vietnã. Assim, aqueles que trabalham na agricultura sofrem o impacto direto do uso desses derivados da agroquímica, com sérios danos à sua saúde, conforme acusa uma ampla literatura médica e científica. (2004: 225).

A barbárie moderna do agronegócio *versus* a agricultura dos povos do campo: garantir a soberania alimentar e a preservação da sociobiodiversidade

Se planta o arroz aqui
Se planta o milho acolá
Um jeito de produzir
Pra gente se alimentar
Primeiro cantar do galo
Já se levanta da cama
E o camponês se mistura
A terra que tanto ama
Amar o campo ao fazer a palntação
Não envenenar o campo é purificar o pão
Amar a terra e nela botar semente

A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente

Choro virou alegria
A fome virou fartura
E na festa da colheita
Viola e noite de lua
Mutirão é a harmonia
Com cheiro de natureza
O sol se esconde na serra
E a gente acende a fogueira

Qunado se envenena a terra
A chuva leva pro rio
Nossa poesia chora
Se a vida tá por um fio
E ela é pra ser vivida
Com sonho arte e beleza
Caminhos alternativos
E alimentação na mesa

Zé Pinto

Temos uma realidade brasileira que é marcada pela desigualdade e exploração. E, por sua vez, de acordo com Oliveira, temos que entender essas questões de maneira plena, num contexto de internacionalização da economia do Brasil num mundo capitalista globalizado. Isto quer dizer que, hoje, os grandes grupos econômicos - nacionais e, sobretudo, internacionais - comandam a exploração de nossos recursos naturais visando à exportação. Esta lógica, por sua vez, é justificada pelos governantes e pelas elites como sendo necessária para o pagamento da dívida externa que, entretanto, é impagável. Ou seja, o trabalhador brasileiro vende sua força de trabalho para que as nações desenvolvidas se apropriem de nossos recursos naturais. Dito de outra maneira:

> A sociedade se move, se agita. Os grandes grupos econômicos vão implantando seus grandes projetos de exploração/expropriação das riquezas naturais do país. E em nome do "exportar é o que importa", a riqueza produzida no Brasil não tem conseguido pagar a impagável dívida externa que estes mesmos trabalhadores não fizeram.
> O lugar do Brasil no contexto do capitalismo monopolista se redefiniu, redefinindo o lugar internacional do trabalho dos trabalhadores brasileiros. O país produz para as nações avançadas consumirem. E objetivando produzir para exportar, o país endividou-se e foi endividado. A lógica da dívida não é e é, ao mesmo tempo, nacional. A economia brasileira internacionalizou-se, mundializou-se no seio do capitalismo mundial. (OLIVEIRA, 1994: 136).

Devido ao processo de internacionalização da economia temos uma maior atenção e apoio ao agronegócio, se tornando a prioridade econômica e política por ser, segundo o discurso ideológico da nossa elite, modernizador do campo brasileiro. Entretanto, o que essa aparência esconde é a concentração de terra e renda que, por sua vez, produz a exclusão social no campo brasileiro. Confirmando essa análise, Balduíno (2004: 23) afirma que o agronegócio é "[...] portador de divisas, modernizador, aglutinador de uma elite rica, porém, ao mesmo tempo, concentrador de renda e de terra e gerador de pobreza na população do campo". Em outras palavras o agronegócio é ao mesmo tempo: "Barbárie e Modernidade" (OLIVEIRA: 2003).

A reforma agrária pode ser entendida como sendo "o conjunto de medidas que visem promover melhor a distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade". (ALMEIDA, 2004: 1). Assim, se faz necessário discuti-la numa perspectiva socialista, de embate com indústria nacional e multinacional, pois, somente assim, o pequeno produtor pode conseguir ganhar o suficiente para viver com dignidade no campo. Logo, "[...] É impossível um produtor de leite ganhar mais pelo seu leite sem que a Nestlé, o leite Glória, percam [...]". (STEDILE, 2002: 314).

Por isso, entendemos que a luta pela reforma agrária deve se tratar de uma luta contra o capital. Ou seja, deve ir além de um modelo conservador de simples distribuição de terra. Pois, estas empresas do agronegócio subordinam a renda do campesinato lhes condenando a miséria. Reproduzindo seu capital por meio da renda extraída do campesinato. É o processo de produção de capital por relações não-capitalistas, fruto do desenvolvimento desigual e contraditório do capital. Que dá origem a monopolização do território pelo capital monopolista que possibilita a reprodução do campesinato, mas de forma precária (OLIVEIRA, 2004).

> É por esta razão que a luta pela terra não se encerra em si, devendo ser entendida, sobretudo como luta contra o capital. Isso retira o sentido de uma reforma agrária distributivista, pois a renda encontra-se subjugada pelo capital, impedindo o trabalhador familiar de libertar-se do circulo de miserabilidade que lhes é imposto. (ALMEIDA; PAULINO, 2000: 122).

No entanto, o sucesso da reforma agrária depende de políticas públicas no campo que valorizem a produção camponesa familiar como um fator de extrema

importância para o desenvolvimento do país. E valorize o camponês enquanto classe e habitante do campo, que produz sua cultura por meio de sua relação com a terra. "Por sua vez, a Reforma Agrária só terá sustentabilidade econômica e social se estiver inserida num contexto de políticas globais de valorização e ampliação do papel estratégico da agricultura em regime de economia familiar para o desenvolvimento do país [...]". (WIZNIEWSKY; LUCAS, [200?]: 2).

Faz-se necessário, então, a presença do Estado como um incentivador da agricultura camponesa, pois os camponeses dependem além da distribuição de terras, de recursos para se manter e de um acompanhamento técnico. Por isso, o florescimento da agricultura camponesa favorecerá a economia do país como um todo, para todos, e não somente para a burguesia. Porém, sempre houve a opção discriminatória, por parte do Estado capitalista brasileiro, de beneficiar ao agronegócio latifundiário, priorizando os produtos destinados a exportação, ao invés, da produção de alimentos para a população (GORENDER, 2002). Sendo assim, a reforma agrária no Brasil deve significar "a distribuição da terra dos latifúndios sob forma familiar, para exploração familiar. Com apoio creditício, técnico e comercial do Estado, desvencilhada da pressão latifundiária [...]". (GORENDER, 2002: 43). Neste sentido, a reforma agrária diz respeito ao aumento da qualidade de vida de toda a população brasileira pobre. Logo, "[...] a reforma agrária se coloca como questão fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira, do ponto de vista das grandes massas trabalhadoras do campo e da cidade". (GORENDER, 2002: 43).

Temos que entender que a dominação do agronegócio no Brasil traz mais uma problemática para os estudos de geografia agrária, visto que existe um antagonismo hoje no campo entre o agronegócio e a reforma agrária, isto é, o "agronegócio latifundiário, predador, destruidor, não cabe ao lado de uma reforma agrária". (CASALDÁLIGA apud SILVA, 2005: 11).

Em uma reportagem o jornal "O Estado de São Paulo" diz que os assentamentos e, conseqüentemente, a reforma agrária são os principais responsáveis pelo desmatamento da Amazônia. Distorcendo, dessa forma, a verdade sobre os fatos, pois os verdadeiros responsáveis pela destruição ambiental da Floresta Amazônica são os latifúndios do agronegócio, as empresas de madeira, e o latifúndio grilado. Logo, o que se mascara, nos veículos de comunicação dominantes, é a realidade e a luta de classes em torno de projetos distintos de agricultura.

> [...] a reforma agrária é responsável por apenas 15 por cento do desmatamento e, em sete anos, os assentamentos destruíram apenas 10 por cento da mata remanescente. A matéria não diz que os outros 85 por cento do desmatamento foram causados pelos latifundiários, pelos grileiros e pelas madeireiras, ilegais que atuam na Amazônia. Já imaginaram o Estadão admitir que a reforma agrária é uma boa!? (SOUZA, 2006: 9).

É no sentido do contraponto a ordem vigente que Stedile (2006a) apresenta uma concepção alternativa acerca da questão agrária proposta pelos movimentos sociais do campo, as pastorais das igrejas, os ambientalistas, as 45 entidades que compõem o Fórum Nacional de Reforma Agrária, e as mais diferentes representações de trabalhadores rurais do povo que vive no meio rural. A alternativa que essas organizações defendem é a que busca um equilíbrio entre homem e a natureza. Onde a transformação da natureza tenha o objetivo principal de satisfazer as necessidades básicas do ser humano, ao contrário, do atual processo globalitário de mercantilização da natureza que acarreta, conseqüentemente, um desequilíbrio ambiental. Também, entendem que o campo pertence aos seus povos e comunidades que foram, por sua vez, excluídas no processo de globalização capitalista, do qual faz parte o agronegócio latifundiário.

Neste sentido, está entre as prioridades alternativas da produção no campo, a fim de assegurar a sociobiodiversidade, a delimitação do tamanho das propriedades, a policultura e a produção de alimentos sem transgênicos e agrotóxicos. Portanto, de forma geral, essas são as características de produção da agricultura camponesa e dos povos tradicionais do campo. Com essa forma de produção no campo, acreditamos que seja possível construir outra realidade onde não se degrade o meio-ambiente preservando- o para as futuras gerações. Entendemos também que a partir desta perspectiva é possível garantir condições de vida digna no campo para seus habitantes, desterritorializando o capital e territorializando os camponeses. Evitando, dessa maneira, que os detentores do agronegócio explorem os camponeses sem-terra e produzam a expulsão e proletarização do campesinato, gerando a miséria e a exclusão social.

> Defendemos utilizar as terras e os recursos naturais de nossa sociedade de outra forma. Defendemos organizar em pequenas e médias unidades de produção (poderiam ser até 1.000 hectares, mas precisam ter um limite), defendemos a policultura como forma de

> aproveitar melhor o potencial do solo, do clima e a preservação da biodiversidade. Queremos priorizar a produção de alimentos, e alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Queremos uma agricultura que absorva mão-de-obra, gere trabalho. Garanta renda a todos os que trabalham no meio rural e não apenas aos grandes proprietários, que em geral moram nas capitais. Queremos estimular o uso de técnicas agrícolas que respeitem o meio ambiente e o preservem para as gerações futuras. Queremos a adoção e multiplicação de sementes convencionais, já adaptadas à nossa natureza, e contra os transgênicos, que são apenas uma forma de as transnacionais nos explorarem com royalties. (STEDILE, 2006a: 17).

Nesta perspectiva, os povos do campo e da floresta, camponeses, quilombolas, indígenas, seringueiros, pescadores etc., continuam produzindo sua subsistência numa relação equilibrada com a natureza de maneira diametralmente oposta ao agronegócio. Ou seja, neste período de globalização esses povos chamam "[...] a atenção para o fato de suas práticas culturais específicas serem aquelas que mais se coadunam com os interesses da humanidade e da ecologia do planeta e, por isso, devem ser respeitadas enquanto tais". (GONÇALVES, 2004: 208).

No entanto, o capitalismo segue sua lógica perversa no campo, tendo como características essenciais: o consumismo desenfreado e a exploração descomedida da natureza. Exploração da natureza combinada com a exploração das pessoas, pois este processo gera mais-valia, permitindo a acumulação/reprodução do capital. É, por isso, que esse processo de desenvolvimento capitalista no campo é responsável pela exclusão e marginalização dos povos, além da destruição da biodiversidade, colocando em risco toda a humanidade. Logo, o que temos é a destruição da sociobiodiversidade, visto que toda a humanidade necessita dessa biodiversidade para continuar vivendo:

> O custo dessa exploração da natureza e das pessoas junto ao consumismo desenfreado foi pago pelo sacrifício de milhões de trabalhadores pobres, camponeses, indígenas, pastores, pescadores, e outras pessoas pobres da sociedade, que entregam suas vidas a cada dia. E pela agressão permanente da natureza que foi e continua sendo sistematicamente devastada. Sua integridade e a diversidade de formas de vida, que são o sustento da biodiversidade, estão ameaçadas. E, se a natureza de nosso planeta está ameaçada, está ameaçada a própria vida humana, que depende dela. [...] (STEDILE et al., 2006b: 40).

Essa destruição biológica e cultural e, portanto, da sociobiodiversidade, efetuada pela territorialização do capital no campo e seu agroecossistema tem como uma de suas

causas à homogeneização/simplificação dos ecossistemas que, por isso, necessitam de uma grande quantidade de insumos industrializados para manter sua reprodução. O emprego desses insumos tem como conseqüência a poluição dos rios e dos solos, causando a morte de peixes e comprometendo a reprodução das comunidades ribeirinhas que tem na pesca uma atividade principal ou complementar de sua subsistência (GONÇALVES, 2004).

Entendemos que a sobrevivência dos povos do campo e a reprodução das suas relações de trabalho com a terra são, portanto, condição essencial para a manutenção da existência da nossa biodiversidade, tendo em vista que esses povos possuem uma relação com a natureza de respeito e preservação. Pois, a vêem como parte inerente de sua sobrevivência e, ao contrário da burguesia, não enxergam a natureza como fonte de exploração para o lucro e, sobretudo, não a transformam em mercadoria.

Sendo assim, podemos afirmar que durante, até, milênios de anos, esses povos, como os índios, mantiveram uma relação equilibrada com a natureza. Contudo, essa relação foi rompida com os modelos de produção eurocêntricos, desde o período colonial, e, mais recente, com as formas estadunidenses de produção agrícola para exportação, como a revolução verde. Por isso, é necessário que seja reconhecido o direito dos povos do campo ao seu território, para que estes povos ajudem a humanidade a prosseguir com um maior equilíbrio socioambiental, por meio do cultivo de alimentos sem agrotóxicos, com sementes naturais (crioulas e nativas) e não transgeneticamente modificadas (STEDILE et al. 2006b).

Devido a grande incidência atual de alimentos transgeneticamente modificados se faz necessário refletirmos a respeito da importância de preservarmos e de reproduzirmos essas sementes crioulas, pois a extinção dessas sementes acarretará fatalmente, a extinção de espécies milenares necessárias à sobrevivência humana e preservadas durante várias gerações pelos povos do campo.

Quanto aos OTMs (organismos transgeneticamente modificados), Gonçalves nos faz um alerta sobre a diferença destes para os OGMs (organismos geneticamente modificados). Pois, todas as espécies se modificam geneticamente ao longo do tempo e por intervenção dos diversos povos em sua relação com a natureza. Os produtos inserem-se na cultura desses povos, ou seja, ocorre a humanização do processo da produção de alimentos. Do outro lado, os transgênicos são produzidos artificialmente em laboratórios. Vejamos essa explicação em suas palavras:

> [...] a expressão OGM – organismo geneticamente modificado – é genérica e imprecisa. Rigorosamente falando, toda a evolução das espécies se dá por modificação genética, que, assim, é um fenômeno natural. As invenções de espécie cultivadas – trigo, milho, arroz, mandioca, pupunha são invenções culturais, cultivares – e se fizeram enquanto modificação genética desenvolvida por diferentes povos e suas culturas em íntima relação com a natureza. São, assim, um produto cultural e natural. Já os OTMs são, criações laboratoriais e, portanto, não foram tecidos e experimentados em convivência com a natureza. (2004: 234).

É imprescindível pensarmos a respeito da contaminação genética que está ocorrendo, pois as culturas transgênicas misturam-se facilmente às produções orgânicas por meio dos ventos, das chuvas, dos animais e etc., contaminando-as. Hoje é muito difícil conseguirmos separar os alimentos orgânicos dos transgeneticamente modificados, devido a essa poluição genética. O que pode acarretar a extinção de diversas espécies, além do que não sabemos certamente ainda quais são seus efeitos para o ser humano.

> Entretanto, a questão da possibilidade de separar ou não os organismos transgeneticamente modificados da dinâmica do fluxo de matéria e energia natural e culturalmente existente se coloca como de extrema relevância de imediato, aqui e agora, independentemente dos seus efeitos na natureza, inclusive para a saúde humana [...]. (GONÇALVES, 2004: 236).

Estamos observando no mundo inteiro a extinção de diversas espécies em nome da uniformização comercial. É a chamada erosão genética que extingue espécies. E os resultados negativos dessa uniformização da agricultura mundial podem ser confirmados pelas perdas de colheitas em diversas épocas porque suas culturas ficaram mais vulneráveis as pragas:

> 90% de nossa alimentação procede de apenas quinze espécie de plantas e de oito espécie de animais. [...]. As novas espécies de cultivares substituem as nativas, uniformizando a agricultura e destruindo a diversidade genética. Só na Indonésia formam extintas 1500 variedades de arroz nos últimos quinze anos. À medida que cresce a uniformidade, aumenta a vulnerabilidade. A perda da colheita da batata na Irlanda em 1846, a do milho nos Estados Unidos em 1970 ou a do trigo na Rússia em 1972 são exemplos dos perigos da erosão genética e mostram a necessidade de preservar variedades nativas das plantas, inclusive para criar novas variedades melhoradas

> e resistentes às pragas. A engenharia genética levará à perda de milhares de variedades de plantas, ao se cultivar só algumas poucas com alta produtividade [...]. (SANTAMARTA apud GONÇALVES, 2004: 209).

O monopólio das sementes por parte das grandes corporações multi/transnacionais tendem a aumentar a insegurança alimentar, pois a principal necessidade humana, alimentação, perseguida em todo o nosso processo de hominização, passa a fazer parte agora de um ciclo econômico mundial, cujo principal objetivo é satisfazer as necessidades de lucro dessas empresas. Essa relação apesar de atingir de forma mais intensa os países subdesenvolvidos, atingem também os países desenvolvidos. A "[...] agricultura inglesa, por exemplo, importa cada vez mais. De cada cinco frutos vendidos, quatro vem do exterior e não dos pomares domésticos, antes tão numerosos do campo inglês. [...]". (GONÇALVES, 2004: 210).

Nessa direção, uma questão de relevante importância para refletirmos é a soberania alimentar, ou seja, a necessidade que um povo tem de produzir seus próprios alimentos, de maneira suficiente para toda a população. "A soberania alimentar é entendida como um princípio que define o direito e até o dever que cada povo tem de produzir os alimentos de que necessita para sua sobrevivência [...]". (2007: 42). Essa questão se mostra fundamental, principalmente na atualidade em que começa a ficar mais rentável plantar os agrocombustíveis, ao invés de alimentos.

Essa inversão de prioridades ocorre porque a produção agrícola para o capitalismo e, conseqüentemente, para o agronegócio não passa de mais uma mercadoria, onde o alimento também se torna mercadoria, cuja produção depende do retorno financeiro que esse "negócio" dará. Porém, a alimentação é a primeira necessidade humana, e, logo, é a primeira função do trabalho na transformação da natureza (ENGELS, 1977), por isso deve ser a prioridade a ser produzida independente do retorno financeiro. Portanto, é a agricultura camponesa que deve ser a prioridade das políticas públicas e não o agronegócio. Corroborando com nossa análise, Stedile afirma: "o alimento é um direito de todos os seres humanos e não mera mercadoria da qual busca extrair lucros [...]". (2007: 42). Logo, a produção agrícola camponesa baseada na policultura, é essencial para manter a soberania alimentar.

Podemos sintetizar as marcantes diferenças entre a agricultura camponesa e o agronegócio por meio das diferenças existentes entre o campo diversificado e ambientalmente saudável onde predomina a agricultura camponesa e o campo vazio e

ambientalmente em risco onde predomina o agronegócio. Todavia, não podemos generalizar as observações acerca da agricultura camponesa e, conseqüentemente seu antagonismo com relação ao agronegócio, tratando essa problemática a partir de uma análise idealista e simplista, pois a própria lógica de mercado impõe a produção de escala, até para que ela chegue ao mercado. Por isso, não é raro ver camponeses ocupados com uma única atividade comercial. Confirmando a necessidade de luta contra o capital.

Com o objetivo de marcar as diferenças, entre essas duas formas de produzir no campo, temos de um lado a agricultura camponesa que constrói um campo de inclusão social e de preservação da sociobiodiversidade. Devido à numerosa população existente no campo, este é um território de vida e produção material e simbólica de seus habitantes. Inclusive possibilitando a construção da Educação do Campo, dos movimentos sociais, das festas e dos cultos camponeses.

Do outro lado, antagonicamente, o agronegócio com a produção da monocultura em latifúndios para a exportação, tecnificada e que, com o uso abusivo de agrotóxicos e de transgênicos, coloca em risco a soberania alimentar, destrói a sociobiodiversidade, expropria o camponês gerando a miséria e a exclusão social. Transformam o espaço rural em uma mercadoria útil para o negócio, ou seja, no agronegócio o meio rural não passa de um espaço de negócio, onde a vida não se reproduz nesse espaço, nele o único ganhador é o capitalista latifundiário, em detrimento do restante da sociedade. Dessa forma, vejamos o quadro abaixo que nos mostra esses antagonismos existentes no campo, descritos por Fernandes e Molina (2004: 85):

CAMPO DO AGRONEGÓCIO	**CAMPO DA AGRICULTURA CAMPONESA**
MONOCULTURA – COMMODITIES	POLICULTURA – USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS NATURAIS
PAISAGEM HOMOGÊNEA E SIMPLIFICADA	PAISAGEM HETEROGÊNEA E COMPLEXA
PRODUÇÃO PARA EXPORTAÇÃO (PREFERENCIALMENTE)	PRODUÇÃO PARA O MERCADO INTERNO E PARA EXPORTAÇÃO
CULTIVO E CRIAÇÃO ONDE PREDOMINA AS ESPÉCIES EXÓTICAS	CULTIVO E CRIAÇÃO ONDE PREDOMINA AS ESPÉCIES NATIVAS E DA CULTURA LOCAL
EROSÃO GENÉTICA	CONSERVAÇÃO E ENRIQUECIMENTO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA
TECNOLOGIA DE EXCEÇÃO COM ELEVADOS NÍVEL DE INSUMOS EXTERNOS	TECNOLOGIA APROPRIADA, APOIADA NO SABER LOCAL COM BASE NO USO DA PRODUTIVIDADE BIOLÓGICA PRIMÁRIA DA NATUREZA.
COMPETITIVIDADE E ELIMINAÇÃO DE EMPREGOS	TRABALHO FAMILIAR E GERAÇÃO DE EMPREGOS
CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS, AUMENTO DA MISÉRIA E DA INJUSTIÇA SOCIAL.	DEMOCRATIZAÇÃO DAS RIQUEZAS – DESENVOLVIMENTO LOCAL

ÊXODO RURAL E PERIFERIAS URBANAS INCHADAS	PERMANÊNCIA, RESISTÊNCIA NA TERRA E MIGRAÇÃO URBANO- RURAL.
CAMPO COM POUCA GENTE	CAMPO COM MUITA GENTE, COM CASA, COM ESCOLA...
CAMPO DO TRABALHO ASSALARIADO (EM DECRÉSCIMO)	CAMPO DO TRABALHO FAMILIAR E DA RECIPROCIDADE
PARADIGMA DA EDUCAÇÃO RURAL	PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO
PERDA DA DIVERSIDADE CULTURAL	RIQUEZA CULTURAL DIVERSIFICADA – FESTAS, DANÇAS, POESIAS – MUSICA – EXEMPLO: O MATO GROSSO É O MAIOR PRODUTOR BRASILEIRO DE MILHO E NÃO COMEMORA AS FESTAS JUNINAS. JÁ NO NORDESTE...
AGRO-NEGÓCIO	**AGRI-CULTURA**

Para Gonçalves a cultura "[...] está associada à distribuição da riqueza no sentido forte da palavra e não necessariamente ao negócio! Eis o contraste entre a agri***cultura*** e o agri***negócio***!" (2004: 245, grifo do autor).

Quanto à diferenciação da produção cultural entre a *agricultura camponesa* e o *agronegócio*, Gonçalves (2004) faz uma comparação sobre as diferenças de relações que ocorrem nos territórios onde predomina a agricultura camponesa e nos territórios do agronegócio. Como sabemos a agricultura é produzida por pessoas que, por sua vez, produzem cultura a partir de suas relações socioespaciais e históricas vivenciadas nesse processo. Todavia, no agronegócio a produção agrícola não está relacionada à produção cultural, tendo em vista que não é uma produção que envolve os sujeitos territorializados no processo, pois a importância do agronegócio, como diz o próprio nome, é o negócio, ou seja, o lucro. Que faz desse território, onde o capital se territorializou, o local da expropriação camponesa, de poucos trabalhadores assalariados e de muitas máquinas.

Faz parte da tradição popular brasileira no mês de junho a comemoração da festa junina que está relacionada ao fim das colheitas. Neste sentido, Gonçalves compara o que ocorre na mesma data no Centro-Oeste brasileiro - território do Blairo Maggi, maior produtor de soja do mundo, e maior região produtora de milho do Brasil - com o Nordeste e Minas Gerais, onde se predomina a agricultura camponesa:

> [...] Talvez a própria mudança de nome, de *agricultura* para *agronegócio*, como gostam de chamar o setor, os seus próprios protagonistas, indique onde está o problema. No Brasil, durante o mês de junho ocorrem festas religiosas geralmente associadas à colheita, sobretudo a do milho. A expansão do agronegócio pelo

> Centro-Oeste, ocupando suas chapadas, tem feito dessa região a maior produtora de milho do Brasil. Entretanto, milhares de sertanejos no Nordeste e em Minas Gerais festejam efusivamente São João e São Pedro, sejam Caruaru, Campina Grande, Sobral, Crato, Feira de Santana, Jequié, Montes Claros, entre tantos arraiais onde se come canjica, bolo de milho, curau, quindim, pamonha, milho cozido – que se misturam na alegria de tantas barraquinhas, tantos empregos, namoros, danças e distribuição de renda – e, ao que se sabe, nenhuma dessas festas está associada a colheitas feitas com grandes máquinas e com tão pouco empregos no Centro-Oeste brasileiro, onde vêm sendo jogadas todas as fichas de um modelo de desenvolvimento no mais tradicional estilo moderno. [...]. (2004: 245, grifo do autor).

Essa descrição emocionante feita por Gonçalves nos confirma a ambigüidade inerente ao agronegócio já afirmada por Oliveira (2003): "Barbárie e modernidade". Outro exemplo que podemos resgatar é a da substituição das festas populares tradicionais do interior do Estado de São Paulo pelos agrishows, festa-espetáculo, para qual uma empresa de eventos contrata artistas do *showbusiness,* principalmente em Ribeirão Preto; e em Barretos, com a festa do Peão Boiadeiro. Onde se importa uma cultura estadunidense em oposição à cultura popular paulista. Além da destruição cultural, este fato expõe a territorialização do capital, principalmente pelas usinas destiladoras de álcool. O capital retira do camponês a possibilidade que no passado tinha de ser sujeito e não espectador das festas paulistas.

> [...] Ali, muitos espectadores se farão presentes aplaudindo o que se passa no palco, não necessariamente tão ativos como montando barraquinhas, fazendo bandeirinhas, preparando seus doces e salgados ou dançando uma quadrilha. Com certeza em Ribeirão Preto e Barretos sempre há espaço para montar uma barraca de cachorro-quente e para vender cerveja, por aqueles que têm que reinventar a vida nas circunstâncias possíveis. (GONÇALVES, 2004: 244-245).

Dessa forma, com a territorialização do capital no campo, ou seja, com o processo de expansão do agronegócio, "[...] não só se perde diversidade biológica, mas também diversidade cultural e múltiplas formas de propriedade distintas da propriedade privada [...]". (GONÇALVES, 2004: 224).

Outro dado marcante com relação à territorialização do capital no campo está relacionado à violência no campo, que confirma a barbárie do agronegócio:

> [...] Dados recentes divulgados pela CPT dão conta de que os Estados brasileiros por onde se expande o agronegócio são aqueles em que é maior o número de lideranças de trabalhadores rurais assassinadas e de famílias despejadas. [...] o Mato Grosso, governado pelo maior produtor de soja do mundo, Blairo Maggi, somente no ano 2003 o equivale a 6,2% da população rural foi simplesmente despejada de suas terras ou das terras que reivindicam. [...]. Nem no período colonial se conseguiu tal façanha. (GONÇALVES, 2004: 224).

Os (agro) combustíveis e o agronegócio: territorialização do capital e seus impactos

Mudanças muito marcantes com relação à ciência, a técnica e a informação fazem com que nosso período histórico seja diferente dos demais (SANTOS, 2001). No entanto, uma das diferenças marcantes dessa nova etapa de desenvolvimento do capitalismo globalizado no Brasil, está relacionada à produção de combustíveis vegetais ou (agro) combustíveis, por ser considerado energia limpa e renovável. Anteriormente, no Brasil e no mundo, tínhamos como elemento energético, quase exclusivo, os combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão mineral. Dessa forma, Vesentini afirma que: "[...] na década de 1960 o petróleo contribuía com mais de 60% da oferta mundial de energia [...] e, atualmente ele contribui com cerca de 20% [...]". (VESENTINI, 1995: 9). Isto está ocorrendo porque outras fontes de energia, inclusive as oriundas da biotecnologia, estão sendo usadas.

A energia conseguida a partir das plantas, ou seja, os combustíveis vegetais ou (agro) combustíveis são produzidos a partir da fotossíntese das plantas. Assim, nos explica Vidal (2007: 36): "são combustíveis vegetais, renováveis e limpos do ponto de vista ambiental, de natureza química, que substituem os combustíveis derivados do petróleo e podem ser obtidos a partir da energia solar por meio da fotossíntese das plantas. [...]". Ainda, segundo Vidal, os combustíveis vegetais são: "[...] a) álcool etílico, obtido por fermentação dos açúcares ou amidos; b) os óleos vegetais e a celulose, e seus inúmeros derivados. [...]". (2007: 36).

Esses combustíveis são considerados renováveis porque tem origem na radiação solar. E eles não produzem o efeito estufa porque o balanço entre a quantidade de dióxido de carbono retirado do ar, pelas plantas utilizadas na sua produção, e a quantidade liberada na sua queima acaba resultando em um total negativo:

> [...] não produzem efeito-estufa devido ao equilíbrio negativo entre o CO_2 retirado da atmosfera para a formação dos hidratos de carbono e lipídeos das plantas e o CO_2 resultante da queima dos combustíveis vegetais derivados – etanol, óleos vegetais e celulose, e seus derivados. (VIDAL, 2007: 36).

A principal planta utilizada como forma de produção de combustível no Brasil é a cana-de-açúcar, transformada em álcool ou etanol. Entretanto, a cana-de-açúcar é uma planta típica dos países tropicais, pois necessita de calor e água em abundância para se reproduzir. Neste sentido, o Brasil, enquanto maior país tropical do mundo, tende a dominar a produção mundial do produto. Neste contexto, muda-se, assim, a lógica das relações comerciais internacionais vigentes até então, pois, os países desenvolvidos, Europa e EUA, não possuem o clima tropical necessário para o desenvolvimento desse produto, obrigando-os a vir comercializar esse produto com os países subdesenvolvidos tropicais. Corroborando nesta análise, o sociólogo Vasconcelos (2007b: 34) afirma que:

> A questão é física, geográfica, evolvendo a incidência de sol, de quantidade de calor e de água doce. O leitor não poderia perder de mira, por ocasião da visita do presidente Bush, que nenhum gênio ianque, japa ou tesdesco será capaz de inventar uma tecnologia, digamos, um computador prodígio, que consiga transferir o sol de Belém do Pará para Wall Street.

Acompanhando essa lógica, podemos dizer que com a detenção dos mananciais energéticos nos trópicos, o imperialismo estadunidense revigora-se, uma vez que a energia é essencial para o desenvolvimento da sociedade moderna nos países dominantes. Portanto, muda-se a configuração geopolítica do século XXI, implantando-se o que poderíamos denominar de uma nova forma de colonialismo dos países dominantes sobre os países tropicais (VASCONCELOS, 2007b: 34).

Os combustíveis fósseis, principalmente o petróleo, a máquina a vapor, e o carvão mineral, foram utilizados, até então, pela humanidade, e, sobretudo, pelos países dominantes, "[...] países colonialistas e imperialistas que tomaram a dianteira da história nos últimos trezentos anos, a Inglaterra e os Estados Unidos [...]" (VASCONCELOS, 2007b: 34), proporcionando a eles esse patamar de desenvolvimento tecnológico que estão hoje. Por isso, a energia é um fator primordial de desenvolvimento da sociedade capitalista após a revolução industrial. Entretanto, esses combustíveis utilizados até hoje, além de serem finitos e não-renováveis, se mostraram, também, extremamente

ofensivos à natureza (VASCONCELOS, 2007b), inclusive, na concepção de alguns pesquisadores (porque não é um consenso entre os pesquisadores do clima), sendo responsáveis pela aceleração do aquecimento global.

Neste sentido, o imperialismo dos países desenvolvidos fica evidente quando constatamos que empresas trans/multinacionais estão interessadas em produzir o etanol em nosso território e, conseqüentemente, explorar nossa mão-de-obra e destruir nossa biodiversidade. Essas empresas têm como prática produtiva o uso descomedido de agrotóxicos e a produção em monocultura que visa à exportação a fim de atender as necessidades de consumo de seus países imperialista-dominantes de origem. Países estes, da Europa, além do Japão e, sobretudo, o EUA. Sendo assim, inúmeras multinacionais estão interessadas em instalar suas usinas em nosso território. Entre os interessados nesse negócio, está o já "bilhardário" Bill Gates, como nos diz Vasconcellos:

> [...] o saqueio do território brasileiro já está montado e planejado. General Motors, Nascar, GM, Indy. As multinacionais estão excitadíssimas em tacar mão no etanol dos trópicos, assim como o nada bobo Bill Gates, com sua Ethanol Pacific, na Califórnia, está a fim de comprar as terras de Mato Grosso e Goiás. [...] Japonês, Holandês, multinacionais, estão a fim de erguer usinas de álcool em Mato Grosso do Sul e Paraná. (VASCONCELOS, 2007b: 34).

Podemos ter a certeza de que tanto à burguesia dos países imperialistas, assim como a burguesia nacional, não estão preocupadas em preservar a nossa sociobiodiversidade, pois o que interessa para estes é o lucro a qualquer custo. Para eles, os fins justificam os meios. Por isso, é nosso dever zelar pela sociobiodiversidade presente em nosso território, pois não serão eles que irão fazer isso por nós. Visto que para eles, os trabalhadores e a natureza são mercadorias a serem compradas e usufruídas para aumentar os lucros e garantir a vitória na concorrência do mercado internacional. O Sol e a Água deixam de ser elementos naturais e, passam a ser agora, objetos de apropriação. Transformam-se, então, na única coisa importante para a burguesia internacional e nacional em nosso território. E a população, dessa maneira, se torna elemento residual. Nas palavras de Vasconcelos:

> Os gringos estão interessados apenas no sol e na água dos trópicos, mas não estão nem aí para a existência do povo brasileiro. A dádiva geográfica do sol e da água será um infortúnio coletivo. Não haverá

> necessidade nem de explorar a mão-de-obra local. É o genocídio. Mate o brasileiro, preserve a floresta. Chegaremos logo nessa loucura. Os interesses das multinacionais cobiçam a floresta. Dane-se o território povoado por gente brasileira. Um território sem população, com um Estado alquebrado e Forças Armadas desprovidas de defesas. [...]. (2007b: 34-35).

Questão importante a ser discutida é a dos trabalhadores assalariados do campo - os bóias-frias, empregados principalmente no corte da cana - tendo em vista que já foram registrados inclusive casos de morte por exaustão. Foram registrados, também, incidência de trabalho escravo e semi-escravo, além da degradação ambiental que sempre acompanhou a produção da monocultura para a exportação. Os trabalhadores, na maioria das vezes, são submetidos a uma jornada fatigante que quando não leva a morte, causam sérios problemas de saúde. Poucos têm os seus direitos trabalhistas regulamentados:

> A produção de cana no Brasil é historicamente conhecida pela superexploração do trabalho, destruição do meio ambiente e apropriação indevida de recursos públicos. As usinas se caracterizam pela concentração de terras para o monocultivo voltado à exportação. Utilizam em geral mão-de-obra migrante, os bóias-frias, sem direitos trabalhistas regulamentados. Os trabalhadores são (mal) remunerados pela quantidade de cana cortada, e não pelo número de horas trabalhadas. E ainda assim não têm controle sobre a pesagem do que produzem.
> Alguns chegam a cortar, obrigados, 15 toneladas por dia. Tamanho esforço causa sérios problemas de saúde, como câimbras e tendinites, afetando a coluna e os pés. A maioria das contratações se dá por intermediários (trabalho terceirizado) ou "gatos", arregimentadores de trabalho escravo ou semi-escravo. Após 1850, um escravo costumava trabalhar no corte de cana por 15 a 20 anos. Hoje, o trabalho excessivo reduziu este tempo médio para 12 anos. (BETTO, 2007: não paginado).

Essa migração de mão-de-obra para os canaviais que representa "[...] 20 mil bóias-frias por ano - produz, além do aumento de favelas, o de assassinatos, tráfico de drogas, comércio de crianças e de adolescentes destinados à prostituição". (BETTO, 2007: não paginado).

Outra problemática que se coloca com relação aos agrocombustíveis é o encarecimento dos alimentos. A respeito desse assunto, vejamos o que diz Frei Betto:

> Estudo da OCDE e da FAO, divulgado a 4 de julho, indica que "os biocombustíveis terão forte impacto na agricultura entre 2007 e 2016." Os preços agrícolas ficarão acima da média dos últimos dez anos. Os grãos deverão custar de 20 a 50% mais. No Brasil, a população pagou três vezes mais pelos alimentos no primeiro semestre deste ano, se comparado ao mesmo período de 2006. (2007: não paginado).

O aumento do preço dos alimentos não é uma característica apenas do Brasil, mas é um fenômeno que vem causando transtornos tanto nos países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos. Vejamos o que está acontecendo no mundo:

> Os preços dos alimentos já sobem em ritmo acelerado na Europa, na China, na Índia e nos EUA. A agflação – a inflação dos produtos agrícolas – deve chegar, este ano, a 4% nos EUA, comparada ao aumento de 2,5% em 2006. Lá, como o milho está quase todo destinado à produção de etanol, o preço do frango subiu 30% nos últimos doze meses. E o leite deve subir 14% este ano. Na Europa, a manteiga já está 40% mais cara. No México, houve mobilização popular contra o aumento de 60% no preço das tortillas, feitas de milho. (BETTO, 2007: não paginado).

No entanto, temos que considerar que existem inúmeros fatores que levaram ao aumento do preço dos alimentos, sendo assim, o aumento da produção dos agrocombustíveis é apenas um deles. Dentre esses fatores podemos sintetizá-los, segundo Stedile (2008), em uma causa estrutural e outra causa conjuntural. *Estrutural:* o modelo predador e o comércio oligopólico que concentra o controle da produção e a propriedade das terras, o resultado é que algumas empresas controlam todo o comércio mundial de alimentos e impõem os preços que querem. O fator *conjuntural* é a crise do capitalismo nos Estados Unidos e na Europa.

O que está em jogo nessa oposição de produção entre alimentos e agrocombustíveis é a valorização da produção de energia em oposição à produção de alimentos que é a necessidade básica do ser humano. Ou seja, a fome e a desnutrição têm uma importância menor do que a energia que alimenta os carros. Os objetos passam a ter mais valor que o ser humano.

> Vamos alimentar carros e desnutrir pessoas. Há 800 milhões de veículos automotores no mundo. O mesmo número de pessoas sobrevive em desnutrição crônica. O que inquieta é que nenhum dos governos entusiasmados com os agrocombustíveis questiona o

> modelo de transporte individual, como se os lucros da indústria automobilística fossem intocáveis. (BETTO, 2007: não paginado).

Dessa forma, Frei Betto aponta que uma das opções seria investir em fontes de energia alternativa: hidráulica, solar e eólica e priorizar a alimentação da população mais pobre. Em suas palavras: "O governo brasileiro precisa livrar-se da sua síndrome de Colosso (a famosa tela de Goya). [...] E cuidar de alimentar os sofridos famintos, antes de enriquecer os "heróicos" usineiros". (2007: não paginado).

Considerações Finais

Demonstramos em nossas reflexões que o agronegócio não é um modelo viável para a nossa sociedade. Nesse sentido, devemos nos propor a pensar em que tipo de sociedade queremos. O uso da terra é uma questão que diz respeito a toda a sociedade. Está provado a partir das pesquisas de Oliveira (2003) que quem produz alimentos para a população brasileira é a pequena propriedade, e não o latifúndio, pois este produz para as nações desenvolvidas consumirem soja, suco laranja, etanol, etc. Dessa maneira, buscamos combater a ideologia neoliberal que prega a importância que tem o agronegócio para a população brasileira, por aumentar o PIB nacional, por meio de suas commodities, por gerar empregos, produzir alimentos etc. Deturpando assim, a essência dos fatos, ou seja, sua face bárbara, excludente e destruidora.

Os principais veículos de comunicação de massa manipulam as informações em detrimento dos movimentos sociais camponeses e indígenas, que tentam construir um outro modelo de uso da terra no campo nacional, que não é o modelo do agronegócio. É notória a campanha que estes veículos de comunicação vem fazendo a fim de criminalizar os movimentos sociais, sempre enfatizando o discurso ideológico neoliberal de que esses movimentos colocam em risco a democracia e o direito a propriedade privada.

Por isso, é necessário reiterar que o agronegócio tem se constituído, como as *plantations* no Brasil colonial, num conjunto predador da sociobiodiversidade, tendo como características principais: a monocultura, o latifúndio e a exportação. Pois, além de expulsar os camponeses e causar o êxodo rural, principal responsável pelos problemas urbanos, seus agroecossistemas simplificados da monocultura exigem o uso de agroquímicos que degradam o meio ambiente desestruturando o equilíbrio ambiental.

Logo, a solução para o problema está no incentivo à resistência, reprodução e recriação da agricultura dos povos do campo, para assim, garantir a reprodução de nossa diversidade biológica e sociocultural.

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Rosemeire A. (Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: UNESP, 2006a.

ALMEIDA, Rosemeire A. de (Org.). Pequeno glossário da questão agrária. Três Lagoas, 2004. (Mimeografado).

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. In: Geografia, Londrina, v.9, n.2, p. 113-127, jul./dez.2000. (Mimeografado).

BALDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: território de vida de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004.

BETTO, Frei. Necrocombustíveis. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/>. Acesso em out. 2007.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Textos. São Paulo: [s.n], 1977. (Mimeografado).

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (org). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004. p. 53-91. (Por Uma Educação do Campo, 5).

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p.27-64.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, João Pedro (org.) A questão agrária hoje. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: Novos caminhos da geografia. CARLOS, Ana F. A. (org.). São Paulo: Contexto, 1999a. p.63-137.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. As relações de produção na agricultura sob o capitalismo. In: Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Ática, 1986. p. 61-78.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez., 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p.27-64.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária hoje. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SANTOS, Milton. A transição em marcha. In:_____. Por uma outra globalização. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 141-174.

STEDILE, João Pedro et al. Manifesto das Américas em defesa da natureza e da diversidade biológica e cultural. Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 112, p.40, jul. 2006b.

STEDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: STEDILE, João Pedro (org.) A questão agrária hoje. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

STEDILE, João Pedro. A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país. Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n.109, p. 17, abr. 2006a.

STEDILE, João Pedro. Questão agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1998.

STEDILE, João Pedro. Por que o preço dos alimentos disparou? Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano12, n.135, p.37, jun. 2008.

STEDILE, João Pedro. Soberania alimentar, o que é isso? Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 120, p. 42, mar. 2007.

VIDAL, J.W. Bautista. Sem competir com o petróleo. Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 120, p. 36, mar. 2007.

WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; LUCAS, Rosa Elane Antoria. Universidade e professores descobrindo novas realidades do espaço agrário. [S.L: s.n.], [200?]. (Mimeografado).